

Apresentação: 3ª sessão do Ciclo de Debates FSP-PCCh

Bom dia a todos e todas, uma honra poder participar da 3ª sessão do Ciclo de Debates “China y América Latina: Mirando la Nueva Era”, para tratar do tema “As políticas de redução da pobreza”.

Saúdo o Departamento Internacional do Partido Comunista da China na figura da Sra. Fu Jie, subdiretora geral para América Latina e o Caribe do Departamento Internacional do Comitê Central do PCCh; saúdo também ao Foro de São Paulo, na figura de Monica Valente, Secretaria Executiva e de Esteban Silva, dirigente do Movimento do Socialismo Allendista e representante da Comissão de Enlace FSP-PCCh.

A estratégia de enfrentamento da pobreza no Brasil implementada pelos Governos Lula e Dilma foi construída, desde seu início em 2003, de forma indissociável do esforço de combate à fome.

Só é possível compreender a intensidade e a velocidade da redução da fome no Brasil entre 2003 e 2015 se analisarmos simultaneamente e associada ao aumento da renda da população.

Vale enfatizar que a redução da pobreza foi parte fundamental, mas não suficiente para explicar o conjunto dos resultados ligados a segurança alimentar e nutricional. Construímos uma abordagem multidimensional que viabilizou, a um só tempo, a redução da fome e a garantia de acesso a alimentos em quantidade e com qualidade.

Começamos assim por destacar a bem-sucedida estratégia brasileira de enfrentamento da fome. Segundo a Agência das Nações Unidas para Alimentação (FAO), o Brasil se tornou referência no combate a fome, em grande medida por atuar em 5 frentes:

1) Em primeiro lugar, prioridade política, liderada pelo Presidente da República, engajando o conjunto da sociedade, dos estados e municípios e destinando recursos orçamentários compatíveis com a envergadura do desafio;

2) Segundo Aumento da renda da população. No Brasil, o povo passava fome (e agora voltou a passar), apesar de sermos um grande produtor de alimentos. Passava fome porque não tinha renda suficiente para ter acesso aos alimentos produzidos aqui. O Brasil tem capacidade para alimentar todo seu povo. Ou seja, o que determinava a fome era, e voltou a ser, um modelo econômico excludente. O problema era de natureza política, de escolhas políticas. Nos nossos governos, aumentamos a renda do povo por meio da geração de 20 milhões de empregos formais, do aumento do salário mínimo em 74% acima da inflação e dos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, dentre outros;

3) Em terceiro lugar, o Fortalecimento da Agricultura Familiar e camponesa, responsável por produzir a maioria dos produtos saudáveis que chega à mesa do brasileiro. Construimos uma política ampla, com crédito, assistência técnica, compras públicas, acesso a água, energia elétrica, seguro agrícola, dentre outros; Com isto tivemos um duplo ganho: por um lado o aumento da produção de alimentos saudáveis, frescos e diversificados, e por outro o aumento da renda no campo;

4) Quarto, a FAO destaca o Fortalecimento e qualificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que beneficia a 43 milhões de crianças e jovens matriculados na escola pública. Nos governos de Lula e Dilma, aliamos a expansão da oferta de refeições na escola ao aumento da qualidade, destinando parte dos recursos à compra de produtos locais da agricultura familiar;

5) Por fim, a gestão. Construimos uma Gestão intersectorial, com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e fortalecimento da transparência, participação e controle social com instâncias de governança.

Graças a essa estratégia multidimensional conseguimos reduzir em 82% a parcela da população brasileira em subalimentação em apenas 13 anos.

Se observarmos o que aconteceu no Brasil a partir de 2016, com o Golpe contra a Presidenta Dilma, verificaremos que todas estas 5 frentes, consideradas estratégicas pela FAO, foram desmontadas. A renda do trabalho vem despencando como produto da precarização e do fim da legislação trabalhista que garantia proteção laboral. A rede de políticas públicas veio sendo desmontada a exemplo do que ocorreu com o Sistema Único de Assistência Social. Estes são os elementos que levaram o Brasil de volta do Brasil ao Mapa da Fome dois anos antes dos primeiros casos da COVID 19.

Claro que a pandemia acirrou a crise. Mas o Brasil poderia ter evitado que o quadro se deteriorasse a ponto de termos hoje mais da metade dos brasileiros em insegurança alimentar. Situação evitável, já que dispúnhamos de rede de proteção social que poderia ter sido acionada.

No caso da pobreza, destaque-se que a estratégia implantada entre 2003 e 2015, retirou mais de 30 milhões de brasileiros da linha de pobreza¹. Alcançamos o patamar mais baixo da história dos registros no Brasil, pari passu com a redução do desemprego que atingiu a menor taxa também em 2014.

O modelo brasileiro, aperfeiçoado ao longo dos 13 anos, teve como base a identificação das famílias de baixa renda num grande banco de dados, o Cadastro Único. Essa ferramenta tornou-se um

¹ usando como critério a linha de USD\$3,2 (paridade do poder de compra PPP)

mapa para o planejamento do governo federal, estados e municípios. Permitia conhecer as famílias para incluir: como vivem? quem são, onde moram, qual a renda? como é o material de construção da moradia, tem água? Qual a idade dos moradores, escolaridade. Informações preciosas para planejar uma abordagem de acolhimento e inclusão.

Em 2011, no início do Governo da Presidenta Dilma, nos valemos de todo o aprendizado do Governo Lula, para dar um salto de gestão e lançar o Plano Brasil sem Miséria. O Plano tinha metas ousadas envolvendo 120 ações em 18 ministérios, para viabilizar a superação da extrema pobreza. Aliada a cada ação desenvolvemos uma estratégia que ficou conhecida como “Busca Ativa”, onde o estado assumiu o compromisso de identificar e incluir todas as famílias vulneráveis. O Cadastro Único foi a ferramenta que permitiu organizar os territórios que receberiam os diferentes programas, a oferta de cisternas, a expansão da cobertura de médicos e profissionais de saúde, a identificação de famílias prioritárias para Programa de habitação Popular (Minha Casa Minha Vida) a estratégia de inclusão produtiva rural, as ofertas nos cursos de qualificação profissional de trabalhadores urbanos, e assim por diante. O Conjunto das 120 ações foi plenamente executado, tendo todas as suas metas atingidas. Um livro com os resultados está disponível em Português, Inglês e Espanhol e pode ser acessado no site da Fundação Perseu Abramo nos links: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/brasil-sin-miseria/> e <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/brazil-without-extreme-poverty/>

Importante ainda contabilizar na estratégia de superação da pobreza outros aspectos, como acesso a infraestrutura básica. Vou citar apenas o exemplo do acesso a escoamento sanitário,

que em 13 anos beneficiou 48 milhões de brasileiros, sendo 38 milhões de negros e negras.

Em resumo, podemos listar como principais características: 1) estratégia multidimensional; 2) atuação em parceria com os demais entes da federação; 3) **escala**, chegando em milhões com programas e políticas replicáveis em toda a extensão do nosso país; 4) políticas com planejamento, metas e monitoramento;

Resgatar a nossa experiência de enfrentamento a pobreza nos 13 anos em que governamos é fundamental e nos ajuda a projetar o futuro, uma vez que permite atualizar o diagnóstico daquilo que foi destruído na esteira dos governos neoliberais. E não podemos deixar de afirmar que reconstruir as políticas públicas não será trivial. Reconstruir o estado e redirecioná-lo para atender a maioria será a grande missão do novo governo. Mas teremos que reconstruir em novas bases, olhando para os atuais desafios;

Relembrar o que fizemos, mesmo sabendo que precisaremos fazer muito mais, nos dá a certeza de que um outro Brasil é possível. Fizemos. Sabemos fazer. Parte desse conhecimento ainda não se perdeu, apesar da tragédia do gov. Bolsonaro. Poderá rapidamente ser recuperado.

É possível superar novamente a pobreza. É possível superar novamente a fome.

Mas temos que ter claro os desafios do nosso tempo. E não são poucos. O enfrentamento à pobreza e à fome será central no futuro governo popular. A nova estratégia de enfrentamento da pobreza no Brasil deverá:

- 1) Recuperar a renda da população, com a reconstrução das políticas de valorização do salário e do emprego e com um novo Bolsa Família, reconstruindo as características que o tornaram uma referência mundial em transferência de

renda, ampliando e renovando seu escopo para dar conta dos atuais patamares de pobreza e de desproteção.

2) Articular a política social ao esforço de transição ambiental.

Será um desafio aliar a estratégia social de combate a pobreza à emergência climática. Mas também poderá ser uma grande oportunidade. É possível avançar na construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, que gerem novas possibilidades para a agricultura familiar e a produção agroecológica. Também criar uma perspectiva de inclusão social articulada a necessária transição energética. Algumas experiências exitosas podem e devem ser aprofundadas como o projeto de biodiesel com participação da agricultura familiar gerando renda e empregos de qualidade. Outro exemplo a ser expandido é o Bolsa Verde, que integra política de transferência de renda à preservação das florestas e biodiversidade; E precisamos ir além com ações de recomposição das áreas degradadas articuladas a geração de emprego;

3) Neste mesmo sentido a retomada de investimentos públicos vinculados à transição ecológica e combate ao aquecimento global tende a estimular a retomada de investimentos privados, gerar empregos de qualidade e que podem ser o carro chefe da retomada do crescimento e da inclusão social.

4) No nosso futuro governo teremos que aliar as políticas de combate à pobreza a ações de enfrentamento ao racismo estrutural e de desigualdade de gênero. É urgente organizar ações afirmativas que superem as desigualdades históricas e a exclusão que marcam a vida das mulheres e da população negra.

5) E será fundamental avançar nos mecanismos de participação popular, para que os principais beneficiários das políticas sociais e de enfrentamento da pobreza

garantam a expansão e continuidade do projeto de desenvolvimento com inclusão.